

Gestão Doria desativa serviço de aborto legal do Hospital Jabaquara

Inaugurado em 1989, Hospital Municipal Arthur Ribeiro Saboya foi pioneiro na realização do serviço e se tornou referência nesse tipo de assistência à mulher carente. Decisão é considerada política

(Rede Brasil Atual, 01/02/2018 - [acesse no site de origem](#))

O serviço de **aborto legal** do Hospital Municipal Arthur Ribeiro Saboya, conhecido como **Hospital Jabaquara**, na zona sul de São Paulo, foi desativado pela gestão do prefeito João Doria (PSDB) há pelo menos cinco meses. A Secretaria Municipal de Saúde alega aposentadoria dos profissionais que atuavam na equipe responsável para justificar o encerramento das atividades, mas há suspeitas de que se trata de uma decisão política, e que coloca em risco a vida das mulheres.

“Uma mulher com melhor situação financeira consegue um aborto. O problema é que esse atendimento era voltado para as pessoas que não têm condições de pagar um aborto seguro”, afirmou a conselheira de Saúde Ana Rosa Costa à repórter Michelle Gomes, para o *Seu Jornal*, da **TVT**.

Inaugurado em 1989, durante a gestão da prefeita Luiza Erundina, o serviço do aborto legal no Hospital Jabaquara foi o primeiro no Brasil e na América Latina, e rapidamente se tornou referência. Atualmente o serviço é prestado em cinco hospitais na cidade de São Paulo, um para cada região.

Desde 1940, o aborto legal é permitido em casos de gravidez decorrente de estupro ou quando coloca a vida da gestante em risco. Mais recentemente, em 2012, o aborto também passou a ser permitido nos casos de anencefalia - ausência parcial ou total de cérebro no feto.

Segundo dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (**SIM**), do Ministério da Saúde, as complicações decorrentes de aborto clandestino são a quarta causa de morte materna no Brasil.

Irotilde Gonçalves Pereira, assistente social que fez parte da primeira equipe multidisciplinar do Hospital Jabaquara dedicada a realizar o procedimento, lamenta a suspensão. Segundo ela, durante os 28 anos de funcionamento, foram realizados cerca de 300 abortos legais, o que evitou o crescimento da mortalidade materna, principalmente entre as mulheres pobres.

Assista à reportagem do *Seu Jornal*, da TVT: